

## **DESAFIOS E PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA UMA PEDAGOGIA DECOLONIAL: A INTER/TRANSDISCIPLINARIDADE COMO POSSIBILIDADE PARA UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL**

***CHALLENGES AND METHODOLOGICAL PROPOSALS FOR A DECOLONIAL PEDAGOGY:  
INTER/TRANSDISCIPLINARITY AS A POSSIBILITY FOR A DECOLONIAL EDUCATION***

***DESAFÍOS Y PROPUESTAS METODOLÓGICAS PARA UNA PEDAGOGÍA DECOLONIAL: LA  
INTER/TRANSDISCIPLINARIEDAD COMO POSIBILIDAD DE UNA EDUCACIÓN DECOLONIAL***

**Girlane Santos da Silva**

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

girlane.silva.1995@gmail.com

**Marcos André Ferreira Estácio**

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

mestácio@uea.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo apresenta como tema os desafios e propostas metodológicas para uma pedagogia decolonial, utilizando a inter/trans-disciplinaridade enquanto possibilidade para uma educação decolonizadora. Os inúmeros desafios vivenciados pelos povos indígenas, desde o preconceito até a violência pelas disputas de terras, podem-devem ser combatidos principalmente no campo da educacional. Nesse sentido, nosso objetivo é propor uma abordagem inter/trans-disciplinar para a decolonização da educação, a partir de produções de autorias indígenas, para que possamos romper-transgredir com equívocos e preconceitos historicamente construídos e atribuídos às populações originárias. Nossa discussão assume a perspectiva teórico-política da decolonialidade e enquanto pesquisa bibliográfica problematiza a colonialidade, a decolonialidade, a pedagogia decolonial e a inter/trans-disciplinaridade, com Aníbal Quijano (2005), Heloisa Lück (2018) e Luis Fernando Oliveira (2022). Compreendemos que práticas-ações inter/trans-disciplinares podem ser alternativas viáveis rumo à construção de pedagogias decoloniais e educações decolonizadoras.

**PALAVRAS-CHAVE:** pensamento decolonial; pedagogia decolonial; populações tradicionais.

### **ABSTRACT**

This article presents as its theme the challenges and methodological proposals for a decolonial pedagogy, using inter/transdisciplinarity as a possibility for a decolonizing education. The numerous challenges experienced by indigenous peoples, from prejudice to violence due to land disputes, can and must be fought mainly in the field of education. In this sense, our objective is to propose an inter/trans-disciplinary approach for the decolonization of education, based on productions of indigenous authors, so that we can break-transgress with mistakes and prejudices historically constructed and attributed to the original populations. Our discussion assumes the theoretical-political perspective of decoloniality and, as bibliographical research, it problematizes coloniality, decoloniality, decolonial pedagogy and inter/transdisciplinarity, with Aníbal Quijano (2005), Heloisa Lück (2018) and Luis Fernando Oliveira (2022). We understand that inter/trans-disciplinary practices-actions can be viable alternatives towards the construction of decolonial pedagogies and decolonizing education.

**KEYWORDS:** decolonial thought; decolonial pedagogy; traditional populations.

### **RESUMEN**

Este artículo presenta como tema los desafíos y propuestas metodológicas para una pedagogía decolonial, utilizando la inter/transdisciplinariedad como posibilidad de una educación descolonizadora. Los numerosos desafíos vividos por los

pueblos indígenas, desde los prejuicios hasta la violencia por disputas territoriales, pueden y deben ser combatidos principalmente en el campo de la educación. En este sentido, nuestro objetivo es proponer un abordaje inter/transdisciplinario para la descolonización de la educación, a partir de las producciones de los autores indígenas, para que podamos romper-transgredir con errores y prejuicios históricamente construidos y atribuidos a las poblaciones originarias. Nuestra discusión asume la perspectiva teórico-política de la decolonialidad y, como investigación bibliográfica, problematiza la colonialidad, la decolonialidad, la pedagogía decolonial y la inter/transdisciplinariedad, con Aníbal Quijano (2005), Heloisa Lück (2018) y Luis Fernando Oliveira (2022). Entendemos que las prácticas-acciones inter/transdisciplinarias pueden ser alternativas viables hacia la construcción de pedagogías decoloniales y una educación descolonizadora.

**PALABRAS-CLAVE:** pensamiento decolonial; pedagogía decolonial; poblaciones tradicionales.

## 1. INTRODUÇÃO

A colonialidade é uma etapa histórica não superada, iniciada em 1492, com a chegada de Cristóvão Colombo às Américas, conforme os apontamentos de Aníbal Quijano explicam (2002; 2005; 2009). Este autor compreende que ainda vivenciamos os desdobramentos dela, uma vez que (re)produzimos compreensões errôneas acerca do outro, ou seja, baseado em padrões que não correspondem às nossas especificidades. Em outras palavras, hierarquizamos culturas, saberes e epistemologias que estão fora do eixo euro-USA-cêntricas<sup>1</sup>.

Nesse sentido, compreendemos a colonialidade enquanto um elemento fundante do padrão de poder capitalista. De acordo com Quijano (2007), seu estabelecimento, em conjunto com a modernidade, permitiu a criação de novas identidades baseadas em aspectos raciais, étnicos e foram alinhadas a execução de atividades (forçadas ou pouco remuneradas) voltadas para o mundo do trabalho. Isto é, acompanhamos o surgimento da identidade do 'índio', do 'negro' e do 'europeu' como forma de categorizar sujeitos, impor uma lógica de exploração e justificar a violência colonial.

Compreendemos a Modernidade como um padrão que foi estabelecido mediante a transformação de particularidades da Europa e transformadas em métricas universais. As suas 'verdades' foram consideradas únicas e as suas práticas – sejam elas na dimensão social, econômica, política, religiosa, cultural... – passaram a condição de verdade absoluta, modelo a ser seguido-alcançado. Além disso, tudo e todos que não pertenciam a tal centralidade foram encaixados-classificados como periférico e inferior.

---

<sup>1</sup> Vera Candau, em 2017, em aula proferida para o Programa de Extensão Cinema Para Aprender (CINEAD/UFRJ), evidencia que a expressão euro-USA-centrismo se refere a um movimento de ampliação do eurocentrismo, devido a expansão da produção científica e que um dos seus polos também está centralizado nos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0OWPYJUaT10>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Como resultado, funda-se-institui-se o ‘mito da modernidade’. Nele, os aspectos internos e externos que compõem-integram-formam as populações originárias da América Latina, passaram a ser hierarquizados-classificados como inferiores. E os parâmetros utilizados para tal ligavam-se à questão racial-epistêmica e eram legitimados por meio de ações violentas em diferentes dimensões. Porém, mesmo diante dessas imposições, os povos e populações originárias das Américas, vem construindo caminhos de resistências, em contraposição a um ideal de desenvolvimento e progresso que provém de uma especificidade que não lhes pertencem-atravessam.

Oportuno ressaltar que esse ‘mito da modernidade’ possui dois aspectos fundamentais: um deles compreende a cultura que parte do ‘centro’ por superior e desenvolvida, a outra repousa sobre o não-eu. os ‘Outros’, que tem as suas culturas classificadas enquanto inferiores, bárbaras, selvagens, rudes e sujeitas a uma espécie de imaturidade proposital. Nesse sentido, a colonização é defendida como algo bom para o colonizado. E, por meio de uma violência forçada, o ‘Outro’ poderá se ‘libertar’ da sua condição de ‘inferior’, vindo a se tornar moderno e civilizado.

Entendemos que as raízes da colonialidade/modernidade estão presentes em nossa realidade e à medida que realizamos juízos de valores, os quais são reflexos de seus aspectos, mais silenciamos-invisibilizamos as vozes das populações que passaram pela experiência da colonização. Isto é, inferiorizamos os saberes e epistemologias outras, em detrimento a ciência cartesiana ao passo que nos negamos a analisar-refletir sobre as contribuições delas. Enfim, (re)produzimos, com veemência, as colonialidades: do poder, do saber e do poder.

Assim, o objetivo deste estudo é propor a inter/trans-disciplinaridade como caminho possível para a construção de uma pedagogia decolonial, a partir de produções de autorias indígenas, para combater preconceitos e achismos acerca desses povos em contextos educacionais, assumido a perspectiva teórica-política do pensamento decolonial, Para esse fim, faremos uso de uma bibliográfica voltada para a decolonialidade e a inter/trans-disciplinaridade, com Aníbal Quijano (2002; 2005; 2007), Heloisa Lück (2018), Luis Fernando Oliveira (2022), José de Assunção Barros (2019) e Walter D. Mignolo (2017).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A colonialidade em suas diferentes faces (ser, saber e poder) influenciou na forma como os não-indígenas percebem os povos tradicionais, suas contribuições históricas, seus costumes e suas crenças. Eles são encarados a partir de uma percepção primitivista, sem história e de cultura

inferiorizada. Essa compreensão negativa pode ser vista ao longo dos anos no campo da política, administração pública e socioeducacional.

A esse respeito, Cunha (2012, p. 11), afirma que povos indígenas, desde o século XIX, foram encarados “como fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais [...]. Hoje ainda, por lhes desconhecemos, por ouvirmos falar, sem entender-lhes o sentido ou alcance, em sociedade ‘frias’, sem história [...]. Essa visão depreciativa se tornou mais nítida nos últimos quatro anos”. Podemos citar como exemplo, as várias ações do (des)governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), por meio de falas preconceituosas dele e de sua equipe, haja vista que presenciamos a perpetuação de estereótipos, o aumento nos casos de violências em terras indígenas<sup>2</sup> e a aprovação de medidas que favoreceram a ocupação desses espaços-tempos.<sup>3</sup>

Hoje, os desafios enfrentados por esses povos passam a barreira cultural ou histórica, perpassam por uma dimensão social, política e econômica. A exemplo: a crise humanitária vivenciada pelos Yanomami, no qual de 570 crianças de até cinco anos cinco morreram de doenças. Outro caso que demonstra a violência contra esses povos e seus representantes é o assassinato do líder Guarani-Kaiowá Vitorino Sanches, em 2022, em razão de conflitos por terras com produtores rurais. No relatório ‘Violência Contra Povos Indígenas no Brasil’, Rangel e Liebgott (2022) nos alertam que, em 2021, houve um movimento de desmonte das instituições que deveriam cuidar dos povos tradicionais, haja vista que os indígenas foram submetidos a um contexto de negligência e violência.

Para eles, essas compreensões foram nutridas por meio de discurso projetados pelo próprio governo, que apoiava a invasão de terras sob um pretexto de que esses locais não pertencem aos povos tradicionais. Pois, afirmam os autores que o “governo Bolsonaro naturalizou as violências praticadas por invasores para a extração de madeira, minério e para a prática do garimpo e legalizou a grilagem e o loteamento das terras da União” (RANGEL; LIEBGOTT, 2022, p. 17).

Nesse sentido, vislumbramos – mesmo que parcialmente – que os desafios vivenciados pelas populações tradicionais estão para além de uma questão interna, isto é, esses povos vivenciam as violências naturalizadas pelas instituições públicas, ataques a seus membros e lideranças, o avanço

---

<sup>2</sup> Destacamos o caso do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, que atuavam na proteção dos povos indígenas. Neste caso, uma das hipóteses é que o crime foi motivado em razão das suas atuações e denúncias das atividades ilegais na Terra Indígena do Vale do Javari.

<sup>3</sup> Citamos a Instrução Normativa nº 09/2020, a qual permitia a certificação de imóveis privados em terras indígenas ainda não homologadas.

de políticas excludentes e a perpetuação de uma visão de mundo que os marginalizam, os silenciam e os matam.

Porém, devemos ressaltar que o período em que estamos vivenciando são de mudanças importantes, a exemplo, em 29 de dezembro de 2022, Sonia Guajajara foi confirmada como ministra do novo Ministério dos Povos Originários, a revogação do Decreto nº 10.966/ 2022 – o qual viabilizada a extração do garimpo, pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mapa), a nomeação de Weibe Tapeba para Secretária Especial da Saúde Indígena (SESAI).

As conquistas das populações indígenas foram resultantes de intensas lutas contra a política colonial e racista. Para combatermos essas compreensões, é importante usarmos ações-práticas para transformar o mundo. Nesse sentido, nossa focalização é a educação, abordada de forma antirracista e inter/trans-disciplinar. E a inter/trans-disciplinaridade, segundo Heloísa Lück (2018), corresponde a uma resposta frente a ultrapassagem de uma compreensão compartimentada da produção de conhecimentos, na articulação e construção de uma coerência nos saberes, pela busca por uma unidade na diversidade, a qual que possibilite a articulação de sentidos e informações antes dissociadas.

É nesse sentido, que José de Assunção Barros (2019), esclarece que a inter/trans-disciplinaridade na ciência histórica e em outros campos de saber, constitui-se a partir de inúmeras disciplinas ou áreas de saberes que necessitam agir um sobre o outro. Em outras palavras, o historiador expõe o que implica na superação de uma visão compartimentada das ciências e das disciplinas, em prol de uma compreensão 'outra' de sujeitos e realidades.

Isto significa que Barros (2019) nos alerta para o emaranhado de possibilidades ao assumirmos uma postura inter/trans-disciplinar. Isto imbrica no compartilhamento de temáticas, no uso de métodos, na formação de novos espaços de diálogos e outros caminhos que, além de aprofundar olhares e perspectivas, promovem a constituição de saberes que contemplem facetas diferentes de uma mesma realidade.

Nessa premissa, indagamos: qual é a relação entre inter/trans-disciplinaridade e a pedagogia decolonial? Compreendê-la, significa entender que a decolonialidade surge como uma resposta a colonialidade. Ela prevê não somente a denúncia, mas também a fomentação de práticas-ações que

a superem-subvertam. Segundo Walter Mignolo (2017), a de(s)colonialidade<sup>4</sup> é um conceito que adveio com a divisão do mundo em três e o avançar de uma nova ordem mundial, contrapondo-se a colonialidade. Ela tem sua base histórica na Conferência de Bandung de 1955, onde 29 países da Ásia e da África se reuniram com o objetivo buscar por bases e concepções em comum que não estivessem ligadas ao capitalismo ou ao comunismo. E o caminho que empreenderam para se desprenderem das principais narrativas (num alcance micro ou macro) foi o da ‘descolonização’.

A de(s)colonialidade propõe um novo modo de pensar, livre das cronologias estabelecidas pelo paradigma ocidental moderno. Em vez de ser esquecido ou considerado ‘inqualificável’, ele deixa de ser visto como uma referência de legitimidade epistêmica e abrange um ideal de igualdade global – que valoriza as diferenças – e justiça econômica – que combate as exclusões. De acordo com Mignolo (2017), a de(s)colonialidade inclui o pensamento, a sensibilidade e a ação em fronteiras, e emerge da experiência colonial e da colonialidade.

Ela interroga a enunciação necessária para construção de um conhecimento que transforme diversos aspectos da realidade, pois nasce de orientações históricas, econômicas e políticas. Além disso, a descolonialidade abarca como ponto central a ‘modernidade’ e a ‘pós-modernidade, enquanto movimento de rupturas epistêmicas e de transformações paradigmáticas, uma vez que eles foram pensados de modo universalista e percebidos de forma desigual entre colonizadores e colonizados. Por isso,

daqui em diante, a opção descolonial não é só uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de “estudo”, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer. Ou seja, de viver e con-viver com quem acha que a opção descolonial é a sua e com quem tem encontrado opções paralelas e complementares à descolonial (MIGNOLO, 2017, p. 31).

Entendemos que a Pedagogia Decolonial, de acordo com os apontamentos de Luiz Fernando de Oliveira (2021), significa manifestar o colonialismo infringido às populações historicamente subalternizadas, para pensarmos em caminhos ‘outros’ que envolvam a crítica teórica a chamada geopolítica do conhecimento, E isso foi racionalizado a partir de uma perspectiva política que contraria à homogeneidade monocultural, invisibiliza, enfrenta e transforma as estruturas que

---

<sup>4</sup> Para Mignolo (2017), a de(s)colonialidade possui o mesmo sentido da decolonialidade, ambas correspondem a um movimento de ruptura epistêmica e superação da lógica colonialista.

buscam condicionar-controlar as populações que fogem da percepção epistêmica euro-USA-centrada, dos padrões que não correspondem a suas respectivas heterogeneidades.

Ademais, segundo Oliveira (2021), decolonizar no campo da educação significa uma práxis pautada em um movimento de insurgência educativa, criar possibilidades de condições sociais, políticas, culturais e epistêmicas. De acordo com Walsh, Oliveira e Candau (2018), a pedagogia decolonial atua como uma ação pedagógica a partir de práxis políticas opositoras à colonialidade. Ela age no campo da visibilização, do enfrentamento e das transformações das instituições que possuem suas práticas e relações voltadas para um conhecimento euro-USA-centrado. E mais: ela vai para além dos sistemas educacionais, evidencia conhecimentos que foram relegados a uma perspectiva inferiorizada, dialoga com as experiências críticas e políticas pautadas em ações sociais.

Nesse sentido, é importante pensá-la a partir das populações historicamente silenciadas, pois se constitui enquanto um projeto político que deve ser construído para além das barreiras educacionais. Logo, compreendemos que tal opção implica em pensar e interceder as realidades impostas aos sujeitos subalternizados pelo advento da colonialidade, construindo diálogos potentes, de acordo com os contextos vivenciados, tendo em vista as mudanças como movimentos necessários para rompimento-transgressão-subversão (mesmo que lento), dos padrões que permeiam os euro-USA-centrismos e os seus desdobramentos.

Portanto, a pedagogia decolonial busca construir um marco epistemológico recuperando histórias anticoloniais, em uma perspectiva dialógica e plural, e requer uma postura política comprometida e de transformação-intervenção no mundo, incluindo os cenários acadêmicos. É necessário repensarmos nas implicações ético-políticas da descolonização e dos sujeitos subalternos (MOUJÁN, 2020).

Compreendemos que a inter/trans-disciplinaridade, em diálogo com a pedagogia decolonial, no âmbito das salas de aulas, possibilitam a construção de práticas metodológicas e/ou ferramentas que abarcam não somente as questões condizentes aos currículos escolares, mas que também viabilizem que as-os alunas-alunos possam superar-subverter as suas supostas limitações, sobretudo para produzirem conhecimentos pautados na crítica e na reflexão da realidade em que estão inseridos, tendo por fundamento a colonialidade como uma etapa a ser superada.

A inter/trans-disciplinaridade, no âmbito da educação, pode viabilizar a compreensão e a discussão-construção de resoluções para as problemáticas das colonialidades, sobretudo aquelas condizentes com as demandas provenientes dos contextos em que se estão inseridos as-os alunas-

alunos, tendo em vista as condições sociais, políticas e culturais como fatores primordiais. Logo, somado à pedagogia decolonial, a qual abarca a crítica ao processo histórico e aos padrões estabelecidos a partir de 1492, pensamos ser essa perspectiva uma significativa prática-ação para a produção de conhecimentos que de fato (re)pensem, transgridam ... dos sujeitos que os compõem.

Acreditamos que podemos superar-subverter-transgredir a precarização das disciplinas e dos seus saberes, oportunizando as-os nossas-nossos alunas-alunos compreensões crítico-problematizadores dos conteúdos vivenciados. Enfim, um ensino decolonial sobre as populações indígenas, a partir da utilização da inter/trans-disciplinaridade e da pedagogia decolonial, pode fornecer as-aos estudantes uma compreensão crítica do suposto “descobrimento” (para nós invasão) e da institucionalização da colonização, causadores de opressões, discriminações, exclusões e violências.

### 3. METODOLOGIA

Nosso estudo assume enquanto método de investigação-compreensão da temática proposta, a perspectiva teórica-política da decolonialidade, a partir dos construtos teóricos de Aníbal Quijano (2009) e Walter Mignolo (2017), e discussão com as pesquisas que produzem diálogos possíveis entre a decolonialidade e a inter/trans-disciplinaridade, tais como: Heloisa Lück (2018), Luis Oliveira (2022), José de Barros (2019), entre outras-outras. Destacamos, que a partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica, buscamos ‘construir caminhos epistemológicos’ para a superação dos preconceitos e inferiorizações, as quais são-estão submetidas os povos e populações indígenas, inclusive em contextos educacionais, questões que o pensamento decolonial se compromete a romper e combater.

Compreendemos, tal qual Marconi e Lakatos (2009), que a pesquisa bibliográfica oferece meios para definirmos, resolvermos e exploramos novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente. Ela também objetiva permitir as-aos pesquisadoras-pesquisadores, (re)forçarem-(re)discutirem seus estudos, não em uma mera repetição do que já foi escrito, mas propiciando novos exames de temáticas a partir de novas abordagens-compreensões, almejando construções outras.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pedagogia decolonial surge como uma resposta as colonialidades que resistem até hoje e possui inúmeros desdobramentos, atingindo tanto as populações da América Latina, como outros povos que passavam pela experiência do (neo)colonialismo. Infelizmente, esses desdobramentos estão presentes em vários âmbitos, incluindo o da educação, a partir do momento em que é empurrado para-por professoras-professores e alunas-alunos contextos e perspectivas eurocêntricas (WALSH, 2012).

Dessa forma, pensar em ações, práticas, metodologias... que possibilitem um movimento de insurgência-subversão-transgressão frente a uma educação colonizadora se faz necessária e potente. Nesse sentido, a utilização da inter/trans-disciplinaridade como possibilidade para uma educação decolonial apresenta-se enquanto uma 'opção outra', uma vez que ela tem o condão de romper barreiras de disciplinas como 'algo' restrito a si mesmas e, também, viabilizar compreensões pluriversas das-dos sujeitos e contextos, considerando a atualidade e os processo histórico. Desse modo, caminha para a construções de análises crítico-reflexivas acerca das situações das comunidades, povos e populações.

Nessa premissa, compreendemos que a inter/trans-disciplinaridade propõe a utilização de duas ou mais disciplinas (ou áreas do conhecimento) de forma a dialogarem para construção de saberes que contemplem, para além de seus objetivos unilaterais, entendimentos plurais das realidades e-ou dos objetivos a serem atingidos. Nesse sentido, a possibilidade de utilização de materiais e-ou produções de autoria dos povos e populações indígenas tornam-se ferramentas significativas no contexto educacional, no que se inclui as salas de aula.

Na perspectiva de um ensino decolonial isto requer que posicionemos os objetos e 'sujeitos', assim como suas produções culturais e intelectuais, de modo a serem visibilizados os protagonistas de suas próprias histórias. Em outras palavras, o uso de sua literatura, música, cinema, teatro e outras produções epistêmicas e culturais são relevantes para veiculação de suas heterogeneidades, porque possibilita a valorização dos povos tradicionais, suas lutas e desafios, sobretudo para contemplar propostas metodológicas na premissa de uma pedagogia decolonial.

A literatura enquanto 'ponte metodológica' entre disciplinas, auxilia no rompimento de estereótipos que reduzem-classificam as populações tradicionais na categoria genérica de 'índio'. A esse respeito, tomamos as afirmações de Márcia Kambéba (2018), que em sua produção literária, visibiliza as histórias e as crenças de seu povo para os não-indígenas, evidenciando-afirmando

existências de distintas identidades indígenas, seus posicionamentos políticos e as suas lutas. Logo, essa literatura carrega em si anseios, contextos e interesses de povos e populações de cada período histórico e suas demandas.

Segundo Tiago Hakiy (2018), a literatura produzida pelos povos indígenas brasileiros possui um sentido ancestral, por está carregada de tradição oral, uma vez que é a partir da oralidade que o conhecimento tradicional é transmitido. Essas produções literárias assumem um caráter de transportar palavras em livros, tornando-se instrumentos para que não-indígenas conheçam e reconheçam os povos originários. Nesse caso, o uso de poemas, crônicas, contos e outros tipos de textos indígenas, possibilitam uma aproximação-visibilizações das-dos estudantes para com esses povos, não para serem compreendidos como figuras presas nos tempos, mas enquanto populações que carregam-constroem experiências, saberes, práticas, vivências, conhecimentos.... que lhes pertencem e atravessam. Ou seja, eles não devem-podem ser generalizadas ou simplificadas, pois

Antes a terra era nossa casa  
Hoje, se vive oprimido.  
Antes era só chegar e morar  
Hoje, o território está dividido.  
Como estratégia de sobrevivência  
Em silencio decidimos ficar.  
Hoje nos vem a força  
De nosso direito reclamar.  
Assegurando aos tanu tyura  
A herança do conhecimento milenar  
(KAMBEBA, 2020, p. 40).

Outro apontamento pertinente, advém das afirmações de Napolitano (2018), o qual destaca que as produções audiovisuais e musicais, inclusive a dos povos indígenas, transmitem inúmeras experiências sociais, subjetividades e objetividades, apesar dos interesses e das relações de poder. Assim, a análise criteriosa-cuidadosa e contextual permite compreendermos os conteúdos e percebermos discriminações-invisibilizações específicas. Isto significa que as produções audiovisuais e musicais indígenas possuem significados variados e considera as perspectivas dos produtores-ouvintes.

Entretanto, alertamos que utilizar essas produções como meio de analisar sujeitos pode reforçar visões estereotipadas, as quais devem ser, decolonialmente, desconstruídas. Logo, o caminho é utilizá-las para aprendermos (docentes e discentes), crítica e conscientemente, as suas demandas e problematizarmos suas histórias (NAPOLITANO, 2018). Exemplos dessas produções, é

o material do grupo de 'rap Brô Mc', disponibilizadas no *YouTube*, e do grupo de 'rap Oz Guarani'.

Eles tensionam e transgridem o que muitos compreendem ser 'índio':

Eu manjo mesmo no som, a minha rima está aqui  
 No meu rap eu vou seguindo meu caminho  
 Até o fim, muitas vezes já caí  
 Meus parceiros me levantam, me levanto e mais forte fico  
 Assim que é truta, no mundão a batalha é que não falta  
 O meu coração bate forte na missão de conseguir demarcação  
 Pois então, eu num quero desandar  
 Acredito no que sou, em cima vou rimando, vou gritando  
 Chega de corrupção  
 (OZ GUARANI, 2018).

Seguindo essa perspectiva, as produções de autorias indígenas podem ser utilizadas em abordagens inter/trans-disciplinares e decoloniais, e assim, a 'pajelança'<sup>5</sup> assumida como prática cultural e ritualista dos povos indígenas. A esse respeito, Nogueira e Albuquerque (2021) utilizam-na no processo educativo e afirmam que seu uso remete a uma reflexão de como se deu o processo histórico, a transmissão dos saberes entre as gerações, além de promover uma circulação cultural. Elas apresentam essas práticas enquanto resistências as colonialidades do poder, do saber e do ser, pois, transcendem a lógica moderna colonial ao reinventarem-afirmarem seus modos de (re)existir, comunicar-se e nas formas de resistir.

Compreendemos que, ao abordar práticas xamânicas indígenas de forma cuidadosa e contextual, possibilita as-aos alunas-alunos questionem as imagens distorcidas e demonizadas dessas manifestações. Estas produções protagonizadas por indígenas permitem o rompimento-subversão de concepções equivocadas construídas por uma colonialidade euro-USA-centrada que deslegitima aquilo que não segue seus padrões prescritivos e validados.

## 5. CONCLUSÃO

Conforme o que foi discutido acima, ser decolonial é denunciar a colonialidade e propor ações de combate a ela. Quando falamos em ação insurgente, estamos nos referindo ao ato de transgredir o que foi historicamente e socialmente imposto como padrão a ser obedecido. E diante das questões relacionadas aos povos indígenas, entendemos que a decolonialidade como ação

---

<sup>5</sup> Para Maués e Villacorta (2011) a pajelança é uma prática xamânica motivada pelo fenômeno de incorporação do pajé por entidades conhecidas como 'encantados' ou 'caruana'.

insurgente significa apenas trazer à tona as marcas da colonização, mas também expor sua existência, sua resistência, sua identidade e suas heterogeneidades.

Entendemos que ser decolonial, de acordo com os apontamentos de Oliveira (2021), significa manifestar o colonialismo infringido às populações historicamente subalternizadas, para pensarmos em caminhos 'outros' que envolvam a crítica teórica a chamada geopolítica do conhecimento. E isso foi racionalizado a partir de uma perspectiva política que contraria à homogeneidade monocultural, invisibiliza, enfrenta e transforma as estruturas que buscam condicionar-controlar as populações que fogem da percepção epistêmica euro-USA-centrada, dos padrões que não correspondem a suas respectivas heterogeneidades.

Ademais, segundo Oliveira (2021), decolonizar no campo da educação significa uma práxis pautada em um movimento de insurgência educativa, criar possibilidades de condições sociais, políticas, culturais e epistêmicas, e mais: ela vai para além dos sistemas educacionais, evidencia conhecimentos que foram relegados a uma perspectiva inferiorizada, dialoga com as experiências críticas e políticas pautadas em ações sociais.

Nesse sentido, é importante pensá-la a partir das populações historicamente silenciadas, pois se constitui enquanto um projeto político que deve ser construído para além das barreiras educacionais. Logo, compreendemos que tal opção implica em pensar e interceder as realidades impostas aos sujeitos subalternizados pelo advento da colonialidade, construindo diálogos potentes, de acordo com os contextos vivenciados, tendo em vista as mudanças como movimentos necessários para rompimento-transgressão-subversão (mesmo que lento), dos padrões que permeiam os euro-USA-centrismos e os seus desdobramentos.

Em outras palavras, a colonialidade/modernidade assume-impõe padrões de poder e traz em seu percurso um movimento de homogeneidade, de hierarquização étnico-racial e de silenciamento de povos-comunidades-populações que possuem uma lógica de mundodiferente do euro-USA-centrismo. Nesse contexto, o pensamento decolonial constitui-se enquanto um dos caminhos à decolonização, pois, além de evidenciar-combater as colonialidades vigentes em nós e nas sociedades, propõe-reivindica movimentos de superação, sem esquecer-ocultar as experiências coloniais que vivenciamos.

Nesse sentido, caminhar rumo e com o pensamento decolonial significa se posicionar-lutar contra a manutenção dos estereótipos, da perpetuação-manutenção das violências e da naturalização dos preconceitos, ou seja, vai de encontro ao padrãohomogeneizador, discriminador,

invisibilizador, classificador... das colonialidades. Isto é, ele demanda-requer de nós uma postura crítica e combatente frente à colonialidade e os seus desdobramentos, para que possamos conhecer-reconhecer outras formas de interpretar-viver-experienciar os mundos.

Compreendemos que adotar essa postura é se tomar ciente da existência-resistência de povos-populações historicamente relegadas-postas na base das hierarquizações racial-étnicas, e não somente voltada para aspectos específicos de um povo, ou mesmo de denúncia da violência presente em seus cotidianos. É tomar para si, ações-práticas que não silenciam, mas visibilizam e valorizam as histórias, culturas, saberes, cosmologias, conhecimentos... ou melhor, consiste em se posicionar ao lado dessas pessoas, de diferentes formas-ações possíveis frente a luta anti-decolonial.

Ademais, realizar um movimento decolonial de análise-crítica relativo aos materiais didáticos que são distribuídos-utilizados na rede pública de ensino médio do Amazonas, é uma possibilidade de ação-prática decolonial, a qual visa compreender os pressupostos epistemológicos da colonialidade e da decolonialidade, a partir da problematização das presenças-ausências de discussões-questionamentos acerca das temáticas dos povos-populações indígenas e das narrativas-práticas de docentes em torno delas.

Acreditamos que podemos superar-subverter-transgredir a precarização das disciplinas e dos seus saberes, oportunizando as-ossas-nossas alunas-alunos compreensões crítico-problematizadoras dos conteúdos vivenciados. Enfim, um ensino decolonial sobre as populações indígenas, a partir da utilização da inter/trans-disciplinaridade e da pedagogia decolonial, pode fornecer as-aos estudantes uma compreensão crítica do suposto “descobrimento” (para nós invasão) e da institucionalização da colonização, causadores de opressões, discriminações, exclusões e violências.

Após as discussões empreendidas no presente texto, relativas aos desafios e propostas, apreendemos que a problematização das colonialidades (do poder, do saber e do ser) impostas as populações originárias, requer estarmos cientes do árduo e longo processo colonial e como seus desdobramentos acometeram-acontecem, ontem e hoje, para-com esses povos.

Ademais, assumirmos uma postura crítica, aponta para mudanças, mesmo que gradual, e significa ser necessário o combate à manutenção de percepções essencialistas-generalizantes de (re)produção. Ou seja, demanda um posicionamento ético-político decolonial – no exercício do fazer

da docência – para construirmos como nossas-nossos discentes, consciências decoloniais acerca das histórias e das realidades.

Por fim, compreendemos que a inter/trans-disciplinaridade possibilita-constrói caminhos dialógicos para uma pedagogia decolonial, pois visibiliza-oportuniza um processo educativo descolonizador. Ou seja, ela nos desafia a (re)pensarmos os processos impostos aos povos colonizados e as suas vivências-existências, além de protagonizar os seus saberes-práticas, as suas histórias e as suas culturas... frente a tentativa de predominância, pretensamente, hegemônica do saber euro-USA-cêntrico.

## REFERÊNCIAS

ABREU, W. F. D.; OLIVEIRA, D. B. D. O. **Pedagogias decoloniais, decolonialidade e práticas formativas na Amazônia**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

BARROS, J. D. A. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber**. Petrópolis: Vozes, 2019.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil - dados de 2021**. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas2021-cimi.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022

CUNHA, M. C. D. Política indigenista no século XIX. *In*: CUNHA, M. C. D. **Índios do Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 56 – 97.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro - a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos–metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MOUJÁN, I. F. Diálogos entre saberes e práticas pedagógicas descoloniais. *In*: MOUJÁN, I. F.; CARVALHO, E. S. S.; RAMOS JUNIOR, D. V. (org.). **Pedagogias de(s)coloniais: saberes e fazeres**. Goiânia: Livro eletrônico, 2020.

NAPOLITANO, M. A história depois do papel. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 235–300.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, 2010, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2022

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, Marília/SP, v. 17, n. 37, p. 4-28, jan. 2002. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812>. Acesso em: 1 abr. 2022

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. San Pablo: CLACSO, 2005, p. 117 – 142.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. V. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009, p. 73-118.

RANGEL, L. H.; LIEBGOTT, R. A. As violências contra os povos indígenas no Brasil refletem a prática de um governo alicerçado na antipolítica. *In*: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil - dados de 2020**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wpcontent/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 83, p. 1-16, 2018.

WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez., 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412/1511>. Acesso em: 10 dez. 2022.

*Artigo recebido em: 10/07/2023*  
*Aceito para publicação em: 08/09/2023*